

O BRASIL DONO DO BRASIL

A história das nações que alcançaram o topo do desenvolvimento demonstra uma verdade frequentemente ignorada: a prosperidade é produto da vontade política consciente e de uma visão de Estado de longo prazo. Para o Brasil romper o ciclo de subdesenvolvimento, é fundamental abandonar a visão puramente contábil da economia e adotar uma estratégia de Estado Soberano, onde o crescimento econômico seja o meio e o fortalecimento da nação seja o fim. Ao nos resignarmos como exportadores de riqueza bruta e importadores de inteligência, aceitamos uma renúncia silenciosa à nossa autonomia. Um gigante que entrega matéria-prima para comprar de volta o fruto da tecnologia alheia torna-se, inevitavelmente, refém de decisões tomadas em capitais estrangeiras e de fluxos financeiros sem compromisso com o Brasil.

A economia deve subordinar-se aos objetivos permanentes da nação. Isso exige uma hierarquia moral do dinheiro, onde o capital que realmente importa é aquele que se fixa no território, constrói indústrias e gera empregos dignos. O trabalho é o cimento da ordem social, o fundamento da dignidade humana e o pilar de sustentação da coesão familiar. São ferramentas de pacificação social e de fortalecimento da identidade do povo. Essa soberania é indissociável da segurança pública e do controle do território. Não existe país soberano quando o Estado transfere, por omissão ou leniência, sua autoridade a facções criminosas que prosperam sob a inversão de valores. Um Estado forte protege o cidadão e trata o crime organizado como uma ameaça, aplicando tolerância zero contra quem atenta contra a lei e a ordem.

Outra questão fundamental é como o produtor é tratado. Aceitar passivamente o rótulo de “celeiro do mundo” é uma sentença de estagnação que ignora que a verdadeira riqueza reside na agregação de valor. Exportar minério e petróleo bruto para importar aço e combustíveis processados é uma transferência direta de riqueza nacional para o exterior. O Brasil possui escala para dominar suas cadeias produtivas estratégicas, da segurança alimentar à tecnologia de defesa. A reinustrialização é um imperativo de defesa nacional; em um mundo de incertezas geopolíticas, quem não fabrica suas próprias ferramentas de proteção está sob o arbítrio alheio. Precisamos superar o modelo centralizador que asfixia a produção e investir em logística — ferrovias, portos e infraestrutura moderna — que conecte o interior produtivo ao litoral de forma eficiente. Nossa matriz energética abundante deve servir como vantagem competitiva, e não como um peso tarifário que pune quem produz.

No cenário global, o Brasil deve pautar suas relações por um pragmatismo absoluto. O acesso ao nosso mercado consumidor e às nossas riquezas é uma moeda de troca valiosa que exige contrapartidas em tecnologia e reciprocidade comercial. Hoje, normas internacionais e “pautas verdes” de fachada são utilizadas como instrumentos para ferir o produtor nacional e nossa soberania sobre a Amazônia. Para termos um “Brasil dono do Brasil” só com um Estado estratégista e musculoso — não inchado pela burocracia — que não peça licença para crescer e que projete poder através da autossuficiência. O futuro não pode ser decidido por burocratas internacionais, mas pela nossa capacidade de converter recursos em desenvolvimento real.

O Brasil precisa comandar a própria história.

- **Estado estratégista:** Economia subordinada aos objetivos permanentes da nação, capital produtivo enraizado no território e crescimento orientado pela soberania.

- **Reindustrialização e valor agregado:** Superação do papel de exportador de matéria-prima, domínio das cadeias estratégicas, logística eficiente e energia como vantagem competitiva.

- **Autoridade e autonomia:** Combate firme ao crime organizado, controle efetivo do território e política externa pragmática baseada em reciprocidade e tecnologia.

